

GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO CONTEXTO DO INTERIOR: caminhos, perspectivas e desafios em Barra de São Miguel-PB

MUNICIPAL EDUCATION MANAGEMENT IN THE CONTEXT OF THE INTERIOR: paths, perspectives and challenges in Barra de São Miguel-PB

João Paulo França¹
Flávia Paloma Cabral Borba²

Resumo

O texto em tela analisa aspectos da gestão da educação municipal, direcionado ao contexto interiorano, observando as especificidades que podem ser encontradas em pequenas cidades brasileiras. Neste sentido, destacamos a discussão sobre os elementos estruturantes que direcionam as ações públicas educacionais em Barra de São Miguel, dimensionadas na gestão pedagógica; planejamento e gestão; gestão de pessoas e mecanismos de avaliação dos resultados educacionais, tendo como perspectiva a atuação do gestor municipal e a qualidade da educação socialmente referenciada. Como principais resultados, tem-se a problematização dos aspectos qualitativos do processo da gestão educacional municipal.

Palavras-chave: Gestão Educacional Municipal; Gestor; Qualidade da Educação.

Abstract

The text on screen analyzes aspects of the management of municipal education, directed to the interior context, observing the specificities that can be found in small Brazilian cities. In this sense, we highlight the discussion on the structuring elements that guide public educational actions in Barra de São Miguel, dimensioned in pedagogical management; Planning and management; people management and mechanisms for evaluating educational results, with the perspective of the performance of the municipal manager and the quality of socially referenced education. As main results, there is the problematization of the qualitative aspects of the municipal educational management process.

Keywords: Municipal Educational Management; Manager; Quality of Education.

1 Mestre e Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Especialista em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Professor do Instituto Federal da Paraíba – IFPB. Secretário de educação no município de Barra de São Miguel-Paraíba, de 2009 a 2015. E-mail: joao.franca@ifpb.edu.br

2 Doutoranda em Educação - UFPB. Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – UFPB. Licenciada em História – FUNESO. Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Paraíba. Professora-formadora do Programa lato sensu de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME. E-mail: palomacborba@gmail.com

Introdução

O processo de construção da educação brasileira marca transformações significativas de diferentes ordens contextuais, principalmente, quando nos referimos à elaboração e implementação de políticas públicas no âmbito municipal e seus impactos na qualidade da educação. Tais debates têm sido recorrentes no meio formativo da gestão educacional, chamando atenção para os processos participativos como um dos elementos principais do desdobramento dessas ações em todos os níveis federativos. Dentre as preocupações em termos de ampliação da participação popular, pensa-se que os turbilhões de informações proporcionadas pelos meios de comunicação em massa tendem, em grande parte, a não se reverterem em conhecimento/apropriação para a população detentora dessas ações públicas.

O encurtamento de distâncias entre os processos de implementação e seus sujeitos, torna, então, necessária a ampliação de debates quanto aos desenhos institucionais que impulsionam e dão materialidade aos programas educacionais, tidos como políticas de qualificação da educação. Neste ambiente em mutação, a educação é chamada ao centro do debate. Unir a reflexão sobre o ensino e aprendizagem na atualidade e os desafios da gestão da educação municipal no contexto interiorano foi o objeto de investigação da presente pesquisa. Destacaremos neste texto, a discussão sobre os elementos estruturantes que direcionam as ações públicas educacionais dimensionadas na gestão pedagógica, planejamento e gestão, gestão de pessoas e mecanismos de avaliação dos resultados educacionais no município de Barra de São Miguel, tendo como perspectiva a atuação do gestor local e a qualidade da educação socialmente referenciada.

Barra de São Miguel, município paraibano, com uma área territorial de 595 km², onde residem 6.036 habitantes (IBGE,2020), localizado na microrregião do Cariri Oriental, divisa com o Estado de Pernambuco, portanto, faz parte do polígono das secas, é o *locus* da reflexão. Da educação barrense, analisamos a trajetória recente da rede pública municipal, bem como a gestão, concepção pedagógica e infraestrutura, apontando para alguns dos desafios na contemporaneidade para a consolidação e aprimoramento de uma educação de qualidade oferecida à população local, sendo estes aspectos, objetivos específicos de nossa investigação. É importante destacar que além das fontes documentais e bibliográficas utilizadas na construção do estudo, lança-se o olhar do pesquisador, também ex-secretário de educação do

município analisado, sabendo-se que, sem desconsiderar o rigor técnico necessário aos processos epistemológicos da pesquisa científica, o processo investigativo traz consigo as percepções empíricas do cotidiano profissional, enquanto laboratório de gestão de políticas educacionais. Neste sentido, entendemos que “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2015, p.16).

Para tal, dividimos a discussão em dois momentos inter-relacionados. A primeira seção traz os aspectos estruturantes da gestão da educação em Barra de São Miguel, com apontamentos introdutórios do nosso objeto de investigação. Em seguida, apresentamos os desafios da educação no município sob a ótica de análise das dimensões na gestão pedagógica, planejamento e gestão, gestão de pessoas e mecanismos de avaliação dos resultados educacionais.

Caminhos e perspectivas da educação barrense no início do século XXI: a importância do Regime de Colaboração.

O alvorecer do século XXI traz inúmeros desafios à gestão pública, em especial em educação. Temos lacunas históricas que cobram soluções rápidas por parte dos poderes constituídos: o analfabetismo de grande contingente de adultos; o acesso e a permanência dos educandos na escola; a ampliação da infraestrutura escolar; a ampliação da jornada escolar; a ampliação da oferta de novas modalidades de ensino; a gestão pública escolar eficiente, transparente e democrática, que ofereça serviços de qualidade para a comunidade envolvida, etc. Em Barra de São Miguel, Paraíba, esta situação não é diferente. Para ilustrar estes desafios, podemos observar que uma série de documentos foram produzidos e compromissos assumidos no início deste século. A título de modelo podemos citar os objetivos do Milênio da ONU³. Neste documento, por exemplo, 02 indicadores nos mostram os desafios que ainda deverão merecer atenção por parte da gestão municipal em educação barrense:

³ As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2000 e contou com o apoio de 191 países. São também conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Entre as 8 metas, destacamos a 2^a: Oferecer educação básica de qualidade para todos. Sobre estas metas ver: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em 15 de abril de 2020.

Taxa de frequência e conclusão no ensino fundamental - 1991-2010

No município, em 2010, 9,2% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 35,4%.

Distorção idade-série no ensino fundamental e médio – 2010

A distorção idade-série eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do ensino fundamental, 44,6% estão com idade superior à recomendada chegando a 51,5% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio.⁴

Os desafios são imensos para um país de dimensões continentais como o Brasil. Observando a realidade de Barra de São Miguel – PB, percebemos que no presente, temos que atuar de maneira rápida e efetiva para diminuir as lacunas deixadas pelo tempo. No caso concreto em estudo, não podemos esquecer, por exemplo, que o ensino fundamental e médio custeado pelo poder público municipal é algo que remonta apenas à década de 1990. Desta maneira, investimentos em infraestrutura, gestão e suporte pedagógico são fundamentais para auxiliar a corrigir essas distorções históricas.

Se o tempo é exíguo, os recursos municipais certamente são menores ainda, o que leva a administração pública local à indispensável busca de apoio e recursos dos demais entes da federação. Nesta perspectiva, é fundamental a inserção e compreensão da participação do Município no “Regime de Colaboração” com o Estado e a União.

Sobre o debate acerca do conceito de “Regime de Colaboração”, vejamos as observações de Thamyres Fernandes:

Entendemos então que o regime de colaboração compreende as regras, o como fazer/agir/relacionar com as demais esferas da federação. O objetivo desse regime, no campo da educação brasileira, compreende a articulação dos entes (União, estados e municípios) nas iniciativas as quais lhes são cabíveis (...). Entendemos que regime de colaboração compreende enfoques mais amplos de uma política pública, objetivo do parágrafo único do artigo 23 da CF/88 ao tratar das competências comuns da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (FERNANDES, 2013, p. 156).

A seguir, vemos mais uma autora que analisa a construção do conceito de “regime de colaboração”. Passemos a conhecer a exposição de Áurea de Carvalho Costa, que a princípio

⁴ Relatório disponível em: <http://ideme.pb.gov.br/objetivos-do-milenio/barra-de-sao-miguel.pdf/view>. Acesso em 10 de abril de 2020.

observa que não há uma definição direta e clara de regime de colaboração estabelecido na Constituição Federal do Brasil de 1988:

Assim, o regime de colaboração materializa-se, pelo menos na educação, na forma de ações complementares, suplementares, supletivas, seguindo o princípio da subsidiariedade, o que nos leva a ponderar que aí estaria contemplado o sentido de regime de colaboração. Portanto, o problema das limitações para o estabelecimento de um real sistema federativo não seria somente a falta de definição, mas, também, a própria forma que o Estado tem assumido após a reforma observada nos anos 1990, em que ele delega às instâncias regionais, em matéria de educação, poderes restritos à gerência das verbas e da estrutura, deixando de compartilhar o poder decisório (PEREIRA, 1997, Apud COSTA, 2010, p. 113).

Para efetivação do Sistema Nacional de Educação é necessário o “Regime de colaboração” entre os entes federados. É importante mencionarmos que este, ao lado da gestão democrática e da educação inclusiva, são os fios condutores no contexto da organização e implementação da educação nacional (PRADIME, 2016).

Apesar de ainda não termos consolidado um Sistema Nacional de Educação, temos uma organização nacional da educação expressa na Constituição Federal de 1988, em seu art. 211, e em vários artigos da LDBEN 9.394/96, que definem as obrigações, as responsabilidades de cada ente federado. Nessa organização, as atribuições dos sistemas são definidas de forma a garantirem a descentralização da educação e a autonomia dos sistemas de ensino. É importante destacar que essa descentralização e a autonomia são parciais. (PRADIME, 2016, p. 12).

Barra de São Miguel implantou o Sistema Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME) com a aprovação e sanção da Lei nº 07/2002. É importante destacar que o Sistema Municipal de Educação e o Conselho Municipal orientam o funcionamento das escolas da rede baseados nas leis e diretrizes que regem a educação a nível estadual e federal, dentro da lógica do Sistema Nacional de Educação.

O regime de colaboração entre os entes federados é importante para levar uma educação de qualidade para a população e deve ser analisado não só do ponto de vista da legislação, mas de atos concretos, como podemos observar em algumas ações que foram sendo implementadas ao longo do tempo, desde o PNAE – Programa Nacional de

Alimentação Escolar até outros programas federais e estaduais recentes⁵.

Voltando nossa análise para Barra de São Miguel-PB, podemos ver que a implementação de programas, como o PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar)⁶ e o Caminhos da Escola⁷ foram importantes para atender a uma nova realidade da educação barrense neste século XXI: a nucleação das escolas. Se até a década de 1980 havia dezenas de pequenos grupos primários espalhados pela zona rural, temos agora um grande êxodo rural, com comunidades diminuídas a poucas famílias, que tem o direito, não só a matricular seus filhos na escola, como garantir o progresso dos mesmos nas demais etapas de ensino. Certamente este é um desafio que o município não venceria sozinho, sem a colaboração dos demais entes da federação, em especial a União.

Ainda sobre o desenvolvimento da educação barrense no início deste século e a necessidade do regime de colaboração entre os entes federados, destacamos a construção de obras de infraestrutura escolar importantes, que seriam praticamente inviáveis sem o investimento do Estado da Paraíba e da União. A Escola Municipal Manoel Estevam de Miranda, no Distrito de Floresta, que desde sua fundação em 1975 funcionava em prédio de apenas 02 salas de aula, foi totalmente construída em outro terreno no ano de 2006, graças à parceria com o Estado da Paraíba. O novo prédio com 10 salas de aulas permitiu a ampliação da oferta de ensino. No ano de 2018 funcionavam turmas da educação infantil, pré-escola e

5 Segundo o site do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) remonta a década de 1940 e em especial, “em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação”. Informação disponível em <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em 25 de maio de 2020.

6 No site do FNDE encontramos a informação que o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) “foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios”. Informação disponível em <http://www.fnnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao>. Acesso em 11 de julho de 2017.

7 O Caminho da Escola, segundo o site do FNDE “foi criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, mini ônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas”. Esta Informação também está disponível em <http://www.fnnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao>. Acesso em 11 de julho de 2017.

ensino fundamental sob a responsabilidade do Município. Já o Ensino Médio também é ofertado neste espaço, porém, como anexo da Escola Melquíades Tejo, sob responsabilidade do Estado da Paraíba.

Na Zona Urbana, em 2014 foi construída a primeira Creche Municipal, por intermédio do “Programa Proinfância” do Governo Federal⁸. Trata-se do “Centro de Desenvolvimento Infantil Professora Maria da Glória Corrêa Pinto”, inaugurado em 14 de dezembro de 2014. Neste mesmo ambiente foi realizada uma expansão com a construção de novas salas de aulas, em parceria com o Governo do Estado da Paraíba, por meio do “Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba – Contrapartida Solidária”⁹. O espaço foi destinado para a implantação da Educação Infantil e Pré-escola, permitindo também a implementação de turmas de tempo integral, tanto na educação infantil, quanto no ensino fundamental.

Para concluirmos esta nossa análise inicial acerca do início do século XXI, é importante mencionarmos que, mesmo construções com recursos municipais devem procurar se inserir neste contexto de colaboração na gestão da educação. Neste sentido, visando diminuir distâncias e readequar a rede municipal de educação, por meio do Decreto Lei Municipal nº 06/2009, foi criada a Escola José Estevam Neto, que passou a centralizar o ensino fundamental completo na região do Distrito de Riacho Fundo. Os alunos egressos desta escola são matriculados no Ensino Médio da Escola Estadual Melquíades Tejo, no Distrito de Floresta, tendo assim mais um exemplo da importância do regime de colaboração para a gestão escolar.

Gestão da educação em Barra de São Miguel – aspectos estruturantes

A atuação do gestor municipal de educação pressupõe a observância de três aspectos específicos: a qualidade da educação, as práticas educativas que propiciam qualidade à

⁸ O Proinfância - Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, “foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação”. Informação disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia>. Acesso em 20 de maio de 2020.

⁹ Observamos que “originalmente o PACTO foi criado pelo Decreto Nº 32.168, de 27 de maio de 2011, que posteriormente foi republicado em função de alterações na estrutura gerencial do Programa, pelo Decreto Nº 34.827, de 17 de março de 2014” (VERAS *et al.*, 2016, p. 10).

educação e a influência da gestão na qualidade da educação municipal (PRADIME, 2016). Tais direcionamentos foram utilizados como parâmetros analíticos para reflexões a partir da realidade da educação municipal em Barra de São Miguel – PB. Implica dizer que “para que se possa definir qualidade, é preciso primeiro explicitar o sentido da ação e a dimensão sobre a qual se estabelece a sua intencionalidade” (MORISINI et al, 2016, p.15)

Segundo dados do Plano Municipal de Educação 2015- 2025, a Rede Municipal de Educação de Barra de São Miguel contava, no ano de 2014, com seis escolas municipais, sendo duas na zona urbana e quatro na zona rural, que atendiam estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II. Esta ainda é a realidade que vemos no cotidiano barrense. Estes aspectos objetivos desafiam os gestores a estabelecerem um parâmetro de análise que considere seu contexto de condicionantes de ordem política extra e intra institucional, que estão intimamente ligados às ações e decisões nas atividades-fim e nas atividades-meio da organização da educação municipal. Implica dizer que podemos ter os melhores equipamentos físicos, todavia, sem o devido planejamento e gestão das atividades, certamente naufragaremos nos gargalos históricos que impedem nossa população a ter acesso a este direito básico, previsto pela Constituição Cidadã de 1988, qual seja, uma educação de qualidade, pública e de excelência para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (BRASIL, 1988).

Como já mencionado, as políticas educacionais, enquanto ações públicas, e a qualidade da educação devem ser pensadas para atingir a qualidade, a partir de práticas educativas e de gestão que vão além dos aspectos reguladores quantitativos, mas que se materializam numa perspectiva de qualidade socialmente referenciada, em termos de acesso, permanência e continuidade dos estudos. Ou seja, que essa qualidade compreenda os “ideais de cunho social - inclusão social, socialização, cultura, trabalho, comportamentos, conhecimento – e que se refere ao espaço que, antes de tudo, é um espaço social: a escola” (PRADIME, 2016, p.16).

Ainda no tocante à qualidade da educação, observamos a necessidade de estudo e planejamento das ações de acordo com a Rede de Ensino e suas peculiaridades, ou seja, o gestor deve estar atento às condições materiais e pedagógicas que sua rede de ensino possui.

Diante do conhecimento da realidade circundante deve passar à etapa de intervenção, procurando ampliar sua cobertura, aliado à qualidade do ensino ofertada. Como nos mostra Ferreira (2011, p.160), destaca-se que “[...] planejamento, execução e avaliação são componentes da gestão da educação”. Desta forma,

Esses componentes da gestão precisam ser usados para proporcionar qualidade à educação municipal. É através dessa tríade que a gestão transforma as metas e os objetivos propostos pelas políticas educacionais em ações que os materializam no contexto do Sistema Municipal de Educação (PRADIME, 2016, p. 23).

Atualmente, quase todas as redes de educação do Brasil contam com avaliações externas, a exemplo do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), como forma de pauta no planejamento escolar.

O IDEB é um indicador objetivo, para a verificação do cumprimento das metas fixadas pelo Decreto nº. 6.094/2007, o qual regulamenta o “compromisso Todos pela Educação”, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (PRADIME, 2016, p. 18).

Quanto ao IDEB, o município de Barra de São Miguel obteve em 2005 sua primeira nota para os anos iniciais, no valor de 2,8 e, anos finais, 2,9. Desta forma, suas metas foram estipuladas para que em 2021 atinja o patamar de 5,1, e 4,9 para os anos iniciais e finais, respectivamente. No último índice calculado, em 2017, o município já observou a nota 4,9 nos anos iniciais e 4,1 nos anos finais. Todavia, não só as metas do IDEB devem nortear o planejamento da educação. A qualidade deve ser o fim buscado pelo gestor municipal, considerando as multiplicidades de fatores que compõe o universo educacional. Analisando o documento “Indicadores da qualidade na Educação”, vemos que:

Este instrumento foi elaborado com base em elementos da qualidade da escola: as dimensões. São sete dimensões: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, espaço físico escolar e, por fim, acesso, permanência e sucesso na escola. Ou seja, a qualidade da escola envolve essas dimensões, mas certamente deve haver outras. (MEC, 2004, p.10).

Em Barra de São Miguel-PB, objeto de nossa análise, percebemos como neste século XXI a dimensão do “ambiente educativo” foi observada de maneira mais ampla, haja vista a procura incessante por criar ambientes educacionais voltados para as diferentes idades e modalidades da educação. Desta forma, por exemplo, as escolas municipais passaram a se adequar às diferentes modalidades de ensino, com espaços próprios para as crianças da educação infantil, na zona urbana, ou salas próprias nas escolas nucleadas da zona rural. No tocante ao espaço físico escolar, ou melhor, à infraestrutura da rede, podemos observar um salto de qualidade muito importante na última década. Escolas deixaram de ser apenas um espaço com salas de aula, banheiro e cozinha para merenda em espaços mínimos. Estrutura de refeitórios, salas amplas, bibliotecas, salas de informática e quadras esportivas passaram a fazer parte do cotidiano escolar de praticamente toda a rede de ensino do município. O desafio seguinte é criar mais espaços de vivências e estudos, deixando o ambiente escolar mais prazeroso para o aluno e a comunidade.

Quanto à dimensão das “práticas pedagógicas”, devemos mencionar que ao longo dos anos foi se estabelecendo um corpo técnico na Secretaria de Educação que, de certo modo, tem a função de planejar e executar as diferentes políticas pedagógicas educacionais. Além do suporte necessário à atividade da gestão educacional, tais profissionais (supervisores, coordenadores, psicólogo escolar) desenvolvem “capacitações” sobre diferentes temáticas, a exemplo da “educação inclusiva”. Sobre a “formação e condições de trabalho dos profissionais da escola”, temos a destacar, além da infraestrutura já mencionada, a aprovação do “Plano de Cargos Carreira e Remuneração do Magistério”, ocorrida no ano de 2009, que de certo modo, trouxe a garantia e o incentivo necessário para que os profissionais da educação pudessem se especializar e se capacitar para a prática pedagógica.

Com relação à “avaliação”, tanto da gestão administrativa, como dos resultados, cremos ser necessário uma maior profissionalização e aperfeiçoamento da gestão, pois os mecanismos mais óbvios foram utilizados, tais como a análise de avaliações externas, como o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, porém não se desenvolveram mecanismos internos de avaliação, como consulta direta aos profissionais da rede, tais como professores e funcionários de apoio, bem como não se criaram mecanismos de maior interação social, que fossem além das reuniões ordinárias de conselhos escolares.

Assim, aperfeiçoar esta aproximação entre a gestão e os anseios dos profissionais da educação, bem como aprimorar a participação dos conselheiros escolares, é um desafio que ainda necessita de maior atenção por parte da gestão municipal, em relação à educação, o que certamente implica em aprimorar a “gestão escolar democrática”. Por fim, mas não menos importante, tratando do indicador, “acesso, permanência e sucesso na escola”, destaca-se a análise permanente da gestão e coordenação escolar para identificar todos os educandos em idade escolar e sua atuação no ambiente da escola, de forma que se evite a evasão e conseqüentemente se consiga o sucesso na promoção dos estudantes. Compreendemos desta forma que foram dados passos importantes com relação as Políticas educacionais e a qualidade da educação em Barra de São Miguel. Com um planejamento sólido e amparado na realidade local, observando aspectos culturais e materiais, tem-se a possibilidade de pensar ações amplas e adequadas.

Todavia, velhos e novos desafios sempre se apresentam na ordem do dia e aos mesmos pretendemos nos reportar na seção a seguir.

Os Desafios da educação em Barra de São Miguel-PB na contemporaneidade.

Nesta seção analisamos os desafios da educação em Barra de São Miguel sob os seguintes aspectos da gestão municipal: gestão pedagógica, planejamento e gestão, gestão de pessoas e mecanismos de avaliação dos resultados educacionais. O desafio contemporâneo de implementar uma educação de qualidade para todos deve observar os princípios básicos da “Gestão e da implementação de políticas educacionais no Município” (PRADIME, 2016).

A Gestão Pedagógica é a “alma” da educação, ou seja, qualquer esforço ou empreendimento no sentido de promover uma educação de qualidade para a população passa pelo desafio de se observar o pedagógico, ou, nas palavras do mestre Paulo Freire, o “chão da sala de aula”. Planejar e oferecer condições dignas de ensino e aprendizagem são fundamentais para o sucesso do processo educativo. A Gestão Pedagógica na Rede Municipal de Educação de Barra de São Miguel – PB nos últimos anos foi desenvolvida a partir da análise de diferentes variáveis: localização das escolas (Rural e Urbana); número de estudantes matriculados, portanto, de acordo com o porte da escola (pequeno, médio e grande)

e, por fim, os diferentes níveis (Ensino Infantil e Fundamental), além das modalidades oferecidas (Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial).

Na Secretaria de Educação uma equipe multidisciplinar desenvolve seu planejamento em conjunto com as respectivas áreas pedagógicas das escolas. O desafio neste sentido são as variáveis já apresentadas anteriormente, pois, uma escola de grande porte na zona urbana, como a Escola João Pinto da Silva, que tem todas as modalidades e níveis de ensino oferecidos pelo Município, tem características e necessidades diferentes de uma escola de pequeno porte, como a Manoel Severino Pereira, no Sítio Bandeira, que tem Ensino infantil e Fundamental I apenas. Nos últimos anos, o Conselho Municipal de Educação desempenhou uma importante função, não só consultiva, mas principalmente deliberativa, no sentido de “legalizar” as escolas e padronizar os procedimentos diversos, desde reclassificação de estudantes até o Currículo Básico escolar. Assim, o principal desafio que se impôs e ainda há de ser observado na Gestão Pedagógica são os padrões mínimos de igualdade e qualidade educacional entre as diferentes escolas da rede municipal de educação. Esta é uma tarefa que deve ser levada a frente pela equipe pedagógica local em parceria com o Conselho e Secretaria Municipal de Educação.

O Planejamento e a Gestão na Rede Municipal de Educação de Barra de São Miguel – PB, em especial no período de 2009 a 2015, foi desenvolvido a partir de reuniões mensais desenvolvidas na Secretaria de Educação com todos os gestores escolares, equipe da Secretaria e o Gestor Municipal de Educação. Os participantes eram previamente avisados da pauta. Assim, os diretores, coordenadores, supervisores e técnicos escolares traziam as principais questões, tanto positivas quanto negativas das suas respectivas escolas, bem como os desafios que estavam a enfrentar no cotidiano. Eram questões que variavam da rotina administrativa, até aspectos mais amplos no universo da educação, como por exemplo, as peculiaridades da Educação Especial. Com a exposição das questões locais de cada escola, a equipe da Secretaria Municipal de Educação, junto com o gestor, se debruçava sobre as prováveis soluções dos problemas enfrentados.

Desta forma, os encaminhamentos necessários para que as dificuldades fossem diminuídas até ser definitivamente resolvidas eram efetivados ao longo dos dias que se seguiam ao encontro presencial. Este foi um modelo interessante de gestão e planejamento

coletivo, todavia, apresenta seus limites. Pelo fato da rede de escolas ser pequena, apenas 06 (seis), certamente tal contato direto foi facilitado entre a Gestão da Secretaria de Educação e a Gestão escolar na ponta. Em outros cenários de redes maiores cremos que tal modelo apresentaria limites de atuação.

Também neste período, esta mesma equipe se reuniu diversas vezes para o diagnóstico e criação do PAR – Plano de Ações Articuladas – ferramenta importante de gestão criada pelo Ministério da Educação, que de certo modo, leva as redes municipais a ter um horizonte de planejamento mínimo¹⁰. Tanto o modelo de planejamento e gestão coletivo local, quanto o PAR, de certo modo são desafios constantes para a gestão da educação, porque de certo modo esbarram em questões maiores, quais sejam, a própria autonomia e capacidade de resolução de problemas por parte da Secretaria Municipal de Educação e o financiamento da educação pública. Exemplificando: em uma determinada escola, o gestor local identifica que a educação infantil deve ter um espaço próprio dentro do prédio escolar e traz esta questão para a reunião coletiva. Assim, o encaminhamento da resolução desta questão passa por incógnitas tais como: devemos utilizar os recursos disponíveis para se fazer uma adequação no prédio já existente ou, devemos aguardar que seja liberada a construção de uma nova unidade escolar já previamente solicitada no PAR municipal? Enquanto tal situação não se resolve o gestor escolar continua com o problema em aberto em seu dia a dia na escola. Este é um dos desafios que a educação apresenta em seu cotidiano, o que demanda criatividade, bom senso e agilidade no planejamento e gestão da Rede Municipal de Ensino.

Continuando com a discussão das dimensões, dentre os desafios da Gestão educacional, certamente um dos maiores é a gestão de pessoas. Esta é uma área delicada, em especial nas cidades interioranas e pequenas redes escolares, pois existem elementos locais, tais como parentescos familiares, sociais e nível de escolaridade, que podem vir a interferir neste aspecto da gestão. A Secretaria de Educação de Barra de São Miguel – PB contava com 1.054 estudantes no Ensino Infantil e Fundamental (Censo Escolar 2012) para os quais havia 64 docentes (Censo Escolar 2012) e cerca de 120 funcionários de apoio (vigilantes, agentes administrativos, merendeiras, zeladores, etc.). É um número expressivo de profissionais

10 O PAR – Plano de Ação Articulada - é um plano construído a partir do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um programa do PDE, criado através do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par> . Acesso em 03 jul. 2020.

ligados a educação, que representava mais de 50% de toda a folha de funcionalismo público municipal. O desafio que se coloca nesta área certamente é a padronização de ações e eficiência na execução das atividades para o público, fim do serviço que se presta a população, qual seja, uma educação de qualidade.

Continuar a valorizar os profissionais do magistério e garantir um Plano de Carreira, Cargos e Remuneração para todos os servidores públicos municipais, certamente, são desafios da ordem do dia, que se apresentam a nível local. A jornada de trabalho dos profissionais da educação é de fundamental importância para a qualidade da educação. Neste sentido, em 16 de julho de 2008 foi sancionada a Lei Federal nº 11.738, que instituiu em todo o Brasil o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, regulamentando assim a disposição constitucional constante na alínea 'e' do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹¹.

A referida Lei do Piso trouxe importantes conquistas para a carreira do magistério, mas sem dúvida a principal foi a instituição de 1/3 da jornada de trabalho ser destinada para atividades que não sejam em sala de aula. O profissional da educação no município de Barra de São Miguel passou a contar com um PCCR - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração- a partir de 2009, ano inclusive da implementação da lei do Piso Nacional. Todavia, como as negociações para aprovação do PCCR se arrastavam há alguns anos no município, o acordo para as chamadas “horas-atividades” já estava programado para que a carga-horária semanal fosse de 25 horas, sendo 20 em sala de aula, e 5 horas em outros espaços de educação. Neste sentido, o PCCR municipal precisou se adequar à nova realidade da Lei do Piso Nacional do Magistério, o que demandou nova negociação entre a classe de profissionais da educação e o Poder Público Municipal.

Por fim, tratando dos mecanismos de avaliação dos resultados educacionais, podemos observar que Barra de São Miguel – PB já desenvolve uma análise de mecanismos externos e inclusive conta com meios internos, que certamente devem ser aperfeiçoados. No tocante a avaliação dos resultados educacionais, a nível interno, foi desenvolvido o Sistema de Avaliação de Barra de São Miguel – SABSMI, uma avaliação a nível local, desenvolvida pela própria equipe da Secretaria de Educação, junto com consultoria especializada, que avalia não

11 Informação disponível em: <http://portal.mec.gov.br/piso-salarial-de-professores>. Acesso em: 25 mai. 2020.

só o 3º e 5º ano do Ensino Fundamental, como fazem as avaliações externas nacionais (Provinha Brasil e Prova Brasil), mas todas as turmas, de todas as escolas municipais de 1º ao 5º ano, com previsão de ampliação para o Ensino Fundamental II.

Este foi um mecanismo importante para gestão, pois concede o acesso a dados mais precisos de aprendizagem dos estudantes, permitindo após análise a ação com eventuais intervenções necessárias no ensino aprendizagem de uma determinada escola da rede municipal, que muitas vezes, não passava por avaliação nacional, por não ter o número mínimo de estudantes na turma, por exemplo. Como todo mecanismo de gestão, esta avaliação municipal deve ser aperfeiçoada, permitindo uma maior aproximação entre a gestão e os anseios dos profissionais da educação, bem como aprimorar a participação dos conselheiros escolares. Estes são desafios que necessitam de maior atenção por parte da gestão municipal da educação.

Considerações Finais

Destacamos como eixo norteador dessa discussão a atuação do gestor municipal e os desafios de ação no campo da gestão educacional, propiciando uma reflexão acerca desta temática na educação de Barra de São Miguel, Paraíba.

Reforçamos a importância de discutir os parâmetros avaliativos de qualidade e de gestão adotados pelos gestores municipais, no sentido da construção participativa, sob a égide da qualidade socialmente referenciada. Desta forma, procuramos compreender e problematizar o desenvolvimento da infraestrutura, gestão e qualidade da educação, como meios de garantia do direito constitucional de educação de qualidade para a população, considerando o espaço, também, as experiências enquanto gestores, sujeitos participativos nesta discussão.

Por fim, a oportunidade de apresentar dados quantitativos e qualitativos da educação de Barra de São Miguel – PB confirma o compromisso de contribuir com o desenvolvimento da análise científica da temática, podendo servir como base para outros pesquisadores que desejem continuar analisando a gestão educacional no município, sobretudo no que se refere

as dimensões da gestão pedagógica, do planejamento e gestão, da gestão de pessoas e dos mecanismos de avaliação dos resultados educacionais.

Referências

BARRA DE SÃO MIGUEL. **Plano Municipal de Educação 2015 – 2025**. Barra de São Miguel, Câmara Municipal de Vereadores, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COSTA, Áurea de Carvalho. O regime de colaboração entre União, estados e municípios no financiamento da educação no Brasil. **RBPAAE** – v.26, n.1, p.105-121, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19685>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

FERNANDES. Thamyres Wan de Pol. Regime de Colaboração: o Contexto histórico das ações e das práticas em educação. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v 17 n. 3, p. 153-176 nov. 2012 / fev. 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/10/cap-07.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

FERREIRA, Naura Syrya Carapeto. **Gestão democrática na formação do profissional da educação**: a imprescindibilidade de uma concepção. In: Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Liber Livro, 2011, p. 153 – 172.

IBGE – **Dados Escolares de Ensino -Matrículas, Docentes e Rede Escolar**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/barra-de-sao-miguel/panorama>>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

MEC. **Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa**, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). São Paulo, Ação Educativa, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (orgs). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 9-29.

MORISINI, Marília Costa Et al. A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 13-37, jan./mar. 2016.

PRADIME. Gestão e implementação de políticas educacionais no município. Módulo 8 do Curso de Especialização em Gestão da Educação Municipal da Secretaria de Educação Básica do MEC oferecido pela Universidade Federal da Paraíba. Disponível na plataforma moodle do curso (<http://cursos.mec.gov.br/pradime/ufpb/my/>). Brasília: MEC/SEB/PRADIME, 2016.

VERAS, Claudia Luciana de Sousa Mascena; SOUZA, Waldson Dias de; BACHIEGA Carlos Alberto; BATISTA, Sinoel. Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba – Contrapartida Solidária. Transformando a relação do governo estadual com os municípios e a realidade do povo paraibano. In: **IX CONSAG de Gestão Pública**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-13-03.pdf>.> Acesso em 03 jul. 2020